

Bresser faz apelo a multinacionais



Arnaldo Fiaschi — 13/11/87

Controle de preços inibe investimento, admite Bresser

Apoio e solidariedade às negociações do governo brasileiro com os credores estrangeiros, mesmo porque a solução do problema da dívida externa é também a solução dos problemas enfrentados pelas empresas de capital estrangeiro instaladas no Brasil. Foi com esse apelo, dirigido aos "brasileiros representantes" de companhias multinacionais, que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, buscou ontem ampliar o arco de sustentação à sua combatida política econômica. Ganhou, em resposta, apoio explícito acompanhado de alguns cutucões sutis de dirigentes das 54 empresas estrangeiras com os quais saboreou, na Fiesp, um almoço à base de peixe escabeche, medalhão com champignon e frutas.

"O ministro e sua equipe sempre tiveram o apoio dos empresários", disse, ao resumir a conversa, Jacy Mendonça, vice-presidente da Anfavea (Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores) e diretor de recursos humanos da Autolatina. Não se falou, por sinal, sobre a disputa entre essa empresa e o governo na Justiça, mas sobraram farpas para a política de controle de preços exercida pelo CIP, origem do conflito com a holding formada por Volkswagen e Ford, e à tendência estatizante do governo e sua "constante intromissão" na atividade econômica.

O ministro da Fazenda concordou que um dos principais fatores de inibição dos investimentos externos é o controle de preços, conforme relato de Jacy Mendonça, e disse ainda ter conhecimento da queda do nível dos investimentos estrangeiros. Sobre a estatização, Bresser Pereira ponderou que "historicamente" os países em desenvolvimento passam por fases de intervenção do governo na economia, o que acharam ruim. Ressaltou, porém, ser esse um fato passageiro.

PREJUÍZOS DA CONSTITUINTE

Se vêm sinais de paz em seu relacionamento com o Executivo, como o afrouxamento gradual da política de rígido controle de preços de todos os produtos, os empresários encaram, porém, como "altamente prejudiciais" aos interesses das multinacionais algumas definições adotadas pela Constituinte. Citam como exemplo a extensão do monopólio estatal à distribuição de derivados de petróleo e a conceituação de empresas brasileiras de capital estrangeiro.

A inscrição dessa definição no texto constitucional, na opinião dos empresários, provoca discriminações não desejadas, que naturalmente inibem o ingresso de novos recursos no País. O ministro concordou, embora dissesse que há momentos em que a empresa nacional necessita de tratamento privilegiado em relação às de capital estrangeiro. Há, por isso, preocupação com a Constituinte, "mas não há guerra e o bom senso vai prevalecer, colocando as coisas no lugar", tranquilizou Antonio Teixeira da Silva, vice-presidente da Fiesp e coordenador do grupo de empresas brasileiras de capital estrangeiro que se reúne mensalmente na entidade.

TRABALHANDO NO VERMELHO

Antes do almoço com o ministro, saindo dessa reunião rotineira, o presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa, expôs à imprensa a dimensão da ferida que a política econômica oficial abriu em sua empresa, cuja lucratividade, por exemplo, reduziu-se a um terço da alcançada ano passado devido aos rigores do controle de preços. Dentre os 22 setores de atividade da empresa, oito estão no vermelho. Na média, a Rhodia deverá fechar o ano com algum lucro, "mas se a atividade da empresa fosse exclusivamente a farmacêutica a sua situação seria péssima", confessou Musa.